
Comunidades Tradicionais, Marcadores Territoriais e Identidades Sociais: um Novo Pensar do Desenvolvimento Territorial Transfronteiriço entre Antigas Reduções Missionárias*

Comunidades Tradicionales, Marcadores Territoriales e Identidades Sociales: un Nuevo Pensar del Desarrollo Territorial Transfronterizo entre Antiguas Reducciones Misioneras

Muriel Pinto

Professor Adjunto I da UNIPAMP e Coordenador Acadêmico da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMP). E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br

Rodrigo Ferreira Maurer

Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: ferreiramaurer@bol.com.br

Alex Sander Retamoso

Professor Mestre e Administrador da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMP). E-mail: alexretamoso@gmail.com

* Este texto é resultado de uma série de reflexões que estão sendo colocadas a prova por intermédio de projetos de pesquisas e investigações vinculadas ao Grupo de Pesquisa CNPQ Labpoliter – Laboratório de Políticas Públicas e Territórios fronteiriços, este que envolve investigadores da Unipampa, Universidade Federal do Pampa e várias outras Universidades brasileiras, argentinas e uruguaias. As discussões em que pesem as particularidades de cada investigador alocam-se em três áreas temáticas: história social rio-platina, identidades socioterritoriais missioneiras e Desenvolvimento territorial.

Artigo apresentado no **III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)**, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - Este texto faz uso das vivências cotidianas e das identidades sociais da região de fronteira missioneira São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina). A análise tem por premissa situar os espaços vividos e a potencialidade daqueles no que tange um aproveitamento para com o planejamento e Desenvolvimento Territorial regional e seus fins estratégicos. Em regra, sustenta a importância dos marcadores identitários tradicionais enraizados nas municipalidades em destaque desde o período reducional missioneiro, dos quais necessitam ser pensados em conjunto como espaços públicos geradores de representações sociais. Em conta disto, a retórica empregada aproveita dos recursos territoriais que o meio apresenta, tendo em conta a institucionalização do Núcleo de Planejamento da Mesopotâmia do Prata e sua relação para com o desenvolvimento territorial e outros projetos de Valorização das Paisagens Culturais e Criação do Parque histórico Nacional das Missões.

Palavras chave: Comunidades tradicionais; Marcadores territoriais; identidades sociais; Espaços públicos; Desenvolvimento transfronteiriço.

Resumen – Este texto hace uso de vivencias diarias y las identidades sociales de la región fronteriza de Misiones San Borja (Brasil) y Santo Tomé (Argentina). El análisis se basa espacios situar vivido y el potencial de las personas con respecto al uso de uno con la ordenación del territorio y el desarrollo territorial y propósitos estratégicos. Como regla general, apoya la importancia de las referencias de identidad tradicionales arraigados en municipios destacado de la época misionera reduccional de los cuales necesitan ser pensado juntos como la generación de espacios públicos de las

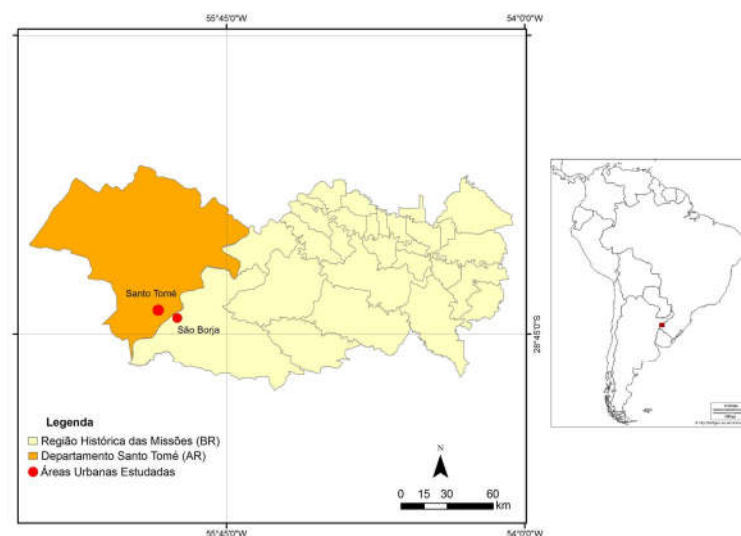
representaciones sociales. A causa de esto, la retórica utilizada aprovecha los recursos territoriales que presenta el medio, teniendo en cuenta la institucionalización del Centro de Planificación de la Mesopotámia del Plata y su relación con el desarrollo territorial y otros proyectos de valoración de paisajes culturales y la creación del Parque Histórico Nacional de las Misiones.

Palabras clave: Comunidades tradicionales; Marcadores territoriales; Identidades sociales; Espacios públicos; Desarrollo transfronterizo.

História e Produção do Espaço na Região de Fronteira Brasil- Argentina

A região fronteira em estudo, as cidades gêmeas de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina), pela sua localização estratégica no curso médio do rio Uruguai, assim como pela sua grande extensão de áreas para a criação de gado, despertou diversos interesses por este atual território (ver figura 1).

Figura.1 – Localização da Região das missões (Brasil) e Departamento de Santo Tomé (Argentina)



Fonte: Nola Gamalho, 2015

Durante o século XVII foram consolidadas as reduções Jesuítico-Guaranis de Santo Tomé que posteriormente fundou São Francisco de Borja, povoados estes que foram as únicas reduções conurbadas nas margens do rio Uruguai. Cabe destacar que as iniciativas de apropriação socioterritorial regional, contribuíram para a produção e transformação dos espaços sociais fronteiriços, dantes aproveitados inicialmente pelas comunidades nativas, que primaram por um modelo produtivo privado que se sobrepôs a um modelo solidário de vida das comunidades nativas, que se sustentam até hoje a partir da imposição de um modelo social e cultural vinculado ao campo, no entanto diversas investigações que este grupo vem realizando vem propondo a reflexão de como os espaços sociais regionais trazem a tona marcadores culturais e sociais que remetem ao enraizamento de modos de vida tradicionais que vem sendo praticados principalmente nas periferias urbanas, onde até hoje permanecem os descendentes das comunidades nativas das antigas reduções Jesuítico-Guaranis.

Procurando melhor compreender esta região histórica e geopolítica no Prata, surge este estudo que objetiva um novo pensar para o desenvolvimento territorial, a partir da análise dos espaços de vida, das comunidades tradicionais e das identidades sociais. Seguindo nesta linha, se problematizou como as comunidades tradicionais, marcadores

territoriais e identidades sociais podem contribuir para um novo modelo de desenvolvimento territorial regional?

Sendo assim, este estudo centrou-se numa pesquisa qualitativa, que utilizou-se dos métodos de pesquisa da fenomenologia e da dialética. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a revisão bibliográfica, levantamento fotográfico, e análise de documentos primários sobre a história social regional.

É de uso comum, salientar que o Tratado de Tordesilhas de 1494 propôs o *modus operandi* da divisão das novas terras descobertas pelos navegadores europeus, daí por diante teve início o desbravamento de toda uma área, até então livre da influência colonial. A contar disto, surgiram expedições como a do pioneiro Pedro de Mendoza ao Rio de La Plata em 1536 (MÖRNER, 1985), que marca o início de ocupação das novas terras meridionais. Deste evento, por conseguinte foi se caracterizando uma formulação em série da região platina pelos colonizadores europeus. E, dentre os colonizadores que por aqui aportaram, os jesuítas são constantemente lembrados como uma espécie de experiência bem sucedida, uma vez que, conseguiram arrimar uma “política de desenvolvimento” que retirou do isolamento que pairava sobre comunidades tradicionais selváticas que desconheciam o manejo e a exploração do gado, da erva-mate, da cera, do mel, e na produção de vinhos.

É evidente, por conseguinte, que as experiências produzidas pelos religiosos da Companhia de Jesus, no que pese seus possíveis aproveitamentos, ainda refletem efeitos práticos sobre as comunidades por onde passaram. Em síntese, a experiência missionária produziu um legado cultural e identitário que aos dias contemporâneos podem ser sentidos. Este por exemplo, é o caso que envolve as municipalidades de São Borja (estado do Rio Grande do Sul – Brasil) e Santo Thomé (Província de Misiones-Argentina).

Sucedede que, por mais racional que possa ser o conteúdo por ora tratado não impede de fazer uma avaliação mais detida d lógica que ampara uma contraposição de análise para com o território de fundo. Pois, sem incorrer a anacronismos, a presença da Companhia de Jesus foi o fator laboral que provocou iniciativas importantes ao ponto de endossar um referido imaginário que sequer foi perdido: “o imaginário fronteiriço”.

Por aí reside que os fatos apresentados nesse artigo remontam a uma questão interpretativa de princípios e posicionamentos ainda pouco regulares ao uso das ciências em geral. Não por acaso, insistimos em investir arbitrariamente sobre o recorte regional a qual está mantida a temática em foco tendo em conta as congruências que se alocam ao contexto e outras afinidades de fundo geopolítico. E, mais do que isso, o que se tem em relevo é uma experiência investigativa que vem sendo elaborada em conjunto, de modo a situar as dificuldades que estão concentradas ou lançadas ao fito que as preenche.

Noutras palavras, ao momento que decidimos avaliar o projeto reducional como um ponto de partida semelhante para as municipalidades contemporâneas fronteiriças, não estamos apenas, investindo em problemáticas cognitivas, mas também procurando formular possibilidades que possam situar os procedimentos que se acumulam ao uso de um novo sistema produtivo e social por potencialidades ainda pouco esclarecidas.

Comunidades Tradicionais e Identidades Socioterritoriais: os Marcadores Identitários Missionários Enraizados nas Margens do rio Uruguai

Ao que consta, a região de estudo teve de ser formulada tendo em conta a disposição de espaços-temporais, relacionados com o bioma pampa e com as antigas reduções. Contudo por um longo evento de 380 anos foram criadas diversas relações sociais, econômicas e culturais, que contribuíram para a constituição de variados modos de vida e práticas de poder, realidades estas que tiveram de ser adequadas conforme o aproveitamento de diversos momentos históricos. Entre estes momentos de produção espacial, acumular-se-iam a constituição dos processos de colonização dos países Ibéricos; a consolidação da estância como espaço socioeconômico e por fim; construções de obras de infraestrutura nas margens do rio Uruguai¹.

Do acúmulo de experiências, é possível deduzir que o território foi envolvido a uma série de reajustes; seja do ponto de vista pragmático que teve de inserir modelos econômicos, sociais, culturais para com as comunidades circunvizinhas, seja do ponto de vista prospectivo que teve de aliar novas relações de convívio para com o próprio território, que passou a ancorar e elucidar o uso de novas microterritorialidades e outras práticas sociais sobressalientes. É fato também, que o decorrer do efeito colonizador fez com que muitas comunidades primitivas fossem segregadas, conforme o empoderamento das áreas centrais e da divisão fundiária em grandes propriedades rurais. E o intento destes novos processos de produção social do espaço, contribuíram para a imposição de uma hegemonia territorial, política, sociocultural, e econômica nesta região de fronteira. Esta hegemonia no que pese seu aproveitamento se sustenta por várias décadas, através da grande influência que a estância e suas práticas socioeconômicas desempenharam em relação às comunidades nativas regionais².

Em contraste, as melhores compreensões dos processos históricos que acompanham as transformações dos espaços sociais fronteiriços elucidam uma reflexão crítica referente às vivências e práticas sociais regionais, ou seja, o que se tem em projeção é uma visão sistêmica sobre os processos produtivos e suas influências mais recorrentes no que compõe a construção das identidades sociais das comunidades tradicionais regionais .

Das intenções que abarcam o conteúdo, a análise das identidades por ora afirmadas, concentram-se atualmente na absorção dos hibridismos culturais. Para além de meras projeções, a pesquisa adotou por princípio categorizar os câmbios socioculturais mantidos entre as comunidades fronteiriças, a partir das relações identitárias vinculadas às missões índio-jesuíticas. Isso quer dizer que a investigação de campo, permitiu identificar diversas trocas socioculturais que integram as municipalidades, das quais é possível classificá-las por suas simbologias, modos de vida e ritualidades, que remetem as missões, naquilo que contribui para a constituição do tipo social regional – isto é – o gaúcho.

Pelo que podemos atestar até o momento, a vida cotidiana esta marcada por interpretações da realidade, que envolvem ações e sentidos subjetivos sobre um “mundo coerente”, ou seja, aquele que se origina no pensamento e na ação dos homens. Deste fim último, subentendemos que constantemente os espaços do cotidiano nos defrontam como múltiplas realidades, onde se expõem uma como sendo a realidade por excelência, no caso a realidade da vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Sem maiores exceções, a discussão dos cotidianos e das realidades citadinas, expressa de forma específica um encontro com os conceitos de espaço social. E após algumas inspeções ao meio teórico que explora a temática, chega-se ao entendimento que o conceito de espaço social, constitui-se a partir de processos de apropriação, transformação, e produção (SOUZA, 2013). Por um viés analítico e de caso, esta é a garantia que temos para salientar que o espaço debatido vive pela representação e pela memória, portanto, a base está relacionada às práticas cotidianas e subjetivas, das quais as relações sociais tornam-se práticas espaciais.

E o caráter seletivo preservado ao território é claramente representado, uma vez que expõem a misticidade, a espiritualidade e as tradições das comunidades nativas da região em contraponto à outras práticas modernas que tiveram de ser empregadas a partir da consolidação de uma aristocracia rural na fronteira.

Portanto, já não é de hoje que este espaço possui uma relação direta com os comportamentos sociais, assim como com as técnicas produtivas (FERNANDES, 1992; SOUZA, 2013). E em meio a tais considerações a pesquisa acaba esclarecendo que a produção do espaço social torna o mesmo vivido, móvel, que envolve câmbios culturais, e possibilita a constituição das diferenças sociais, o que vem de encontro com as palavras de Frémont (1980), que descreve o espaço vivido como movimento.

Ademais, por muito tempo, a ciência espacial excluiu de suas abordagens os laços de vizinhança, o estoque de conhecimento, a agradabilidade, a topofobia, a fixação nos espaços e lugares, as experiências cotidianas e os elos que unem as pessoas ao meio ambiente (MELLO, 2005). Tópicos estes ainda relevantes perante o conteúdo abordado.

Por meio das informações adquiridas, foi possível acessar as vivências fronteiriças e os marcadores territoriais culturais regionais mais expressivos. Henrique (2004), ao discutir sobre os marcadores territoriais. Para tanto, o recurso da imagem nesse estudo de caso, torna-se um fator essencial, pois instiga pensa-los através da polissemia do simbólico, por meios das materialidades e das subjetividades espaciais.

Portanto, esta explanação direciona o olhar sobre os marcadores territoriais, expondo-os a uma ótica subjetiva que transmite processos cognitivos com a marca do concreto. Repete-se aqui, o entendimento postulado por Henrique (2004, p.10), de que os marcadores podem estar dialogando com naturezas diversas, “que põem em evidência uma diversidade de sentidos e representações, apresentando por vezes funções sobrepostas, que assinalam e definem os territórios, garantindo a sua originalidade, só podem ser eficazes quando mobilizam também os espíritos”.

Seja como for, dentre os marcadores coloniais mais expressivos que podemos comparar a partir das duas municipalidades, destacam-se os elementos sacros barrocos. Todavia, este argumento pelo sentido prosaico que lhe sustenta não é suficientemente explorado, haja vista que parte do acervo mesmo em posse dos poderes públicos, religiosos e por uma elite intelectual não são devidamente explorados ao ponto de tornarem-se uma referência comum para o público em geral; o que lhes confere uma importância menos expressiva no que compete seu aproveitamento enquanto marcadores públicos.

Na contramão desta assente realidade, o propósito por ora mantido na presente pesquisa, vai ao encontro do isolamento destes marcadores das comunidades, justamente para evitar que as alteridades não sejam estereotipadas ao ponto de prejudicar a consciência e a construção de uma identidade fronteiriça paritária.

Ainda no que tange a projeção dos marcadores territoriais, Pinto (2014), vem provando através de seus últimos estudos, que a tese da existência de comunidades tradicionais nesta região fronteiriça, advém ininterruptamente desde o período reducional missionário. E a pertinência do problema, não conclui apenas a uma variante superficial de momento, é ao contrário disto, a demonstração de que as composições sócio-regionalizantes se mostram decorrentes de um efeito contínuo de auto reconhecimento por sobre um território que ainda mantém traços originais.

Aliás, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estatística e Censos Argentino (INDEC), observa-se no recorte estudado uma grande contingência de população *Guarani* e de mestiços³. E uma demonstração que categoriza tal indicativo é a ilustração da Figura 2, que reproduz uma família nativa de Santo Tomé, localizados nas áreas periféricas da cidade – o que possivelmente remonta as características semelhantes das comunidades primitivas que habitavam a localidade ainda no século XVII.

Sendo assim, observa-se que os espaços sociais regionais e seus partícipes são constituídos por marcadores territoriais, que reforçam vivências simbólicas no entorno do rio Uruguai, em áreas verdes urbanas, e fontes naturais missioneiras. Estas vivências pelo olhar geo-antropológico cristalizaram credices e topofílias⁴ identificas com os tipos sociais regionais. Como exemplo destas cristalizações, citamos as procissões sagradas e as crenças míticas e lendárias em territórios culturais vinculados ao período reducional⁵.

Figura 2: Família com perfil indígena em Santo Tomé.



Fonte: Muriel Pinto (2014).

Seguindo nesta linha de entendimento, estes marcadores tradicionais identificam-se com que Bonnemaision (2013) ensina que os símbolos materializados contribuem para transcendência social. No caso destes marcadores tradicionais, a transcendência ocorre através das credences profanas e míticas, saberes, modos de vida e práticas produtivas que remetem ao período reducional. Dito isto, sustenta-se o argumento que a identidade regional esta sendo constituída por enraizamentos sociais missionários, assim mantidos ao sentido costumeiro que as comunidades adotam para com o seu passado e com suas híbridas expressões que ao tempo contemporâneo se fazem aparentes.

Do Discurso Identitário as Políticas Patrimoniais: Propostas a Considerar para Cidade de São Borja-Brasil

Como vimos em passagens anteriores, a temática referente à utilização dos espaços públicos e seu aproveitamento perante as potencialidades em torno da sua história e a preservação dos bens que os contemplam demanda a uma disputa intrínseca do poder e, por conseguinte, o controle dos espaços públicos deste poder. Em todo caso, é uso comum situar que a sociedade ocidental foi conduzida a interpretar ao longo da sua trajetória que tal fenômeno se deve originalmente a *polis*, ou sob uma ótica pouco filosófica, ao lugar construído e apropriado para concentrar a necessidade humana de habitar conforme lógicas de direitos e deveres políticos.

A prática do bem comum por sua vez, efetiva um cotidiano que se auto gere e regenera-se pelo convívio aplicado entre os pares nele contidos. Por esse viés percebe-se muito facilmente que o espaço público contempla outras demandas de interpretação, como a exemplo, a qualidade de quem rege os mesmos e iniciativas coletivas que os contemplam. E dentro das premissas mantidas a ilustração de fundo, procuramos estabelecer um sentido lógico para temáticas já saturadas pelo uso do passado ou da situação imposta conforme suas conveniências. Por outro lado não cabe tão somente à sociedade comum responsabilizar ao poder público por maiores espaços, nem cabe aos mesmos a tarefa de fomentar iniciativas de criação para outros espaços públicos de memória sem que antes se faça uma análise dos bens patrimoniais que contemplam seu passado e sua história contemporânea.

Cabe à cidade postular as mais diversas identidades, contudo, é fato também que existe uma leva de identidades que foram excludentes e, estas invariavelmente passam longe do conhecimento que promovemos, pois ficam reservadas a interesses de ordem corporativista, que promovem grupos políticos ou mais orgânicos. Talvez, por isso, notamos

a necessidade de situar de maneira clara as distinções que acompanham o histórico de um espaço público para um espaço privado.

Diante do contexto sugerido, o espaço público estaria como um repositório simbólico das nossas virtudes ou daquelas referências que foram previamente selecionadas pelos mediadores culturais que nos antecederam. Neste repositório, lançamos uso de tudo que perfaz o universo simbólico que os pensadores em geral determinam como coletivo, social, ou sociedade. Neste mesmo local, concentrar-se-iam ainda, os valores e os significados que expressariam o passado que nos compete a ser contemplado.

Por conseguinte e acompanhando a pauta sugerida confiamos ter chegado o momento de compreendermos o cenário “missioneiro” de São Borja não só pelas identidades contidas ao mesmo, mas perfazendo-as tal qual ocorre em Santo Thomé, onde as tradições são assumidas a longas datas sem a necessidade de suplantar ou forjar um apego com o local e com a atuação nele incorporado. Situações estas tão corriqueiras em solo brasileiro sejam por circunstâncias categóricas ou por ilustrações de fins administrativos e de ordem político institucional que fingem desconhecer tais potencialidades.

Por bem menos, o historiador Michel de Certeau (CERTEAU, GIARD e MAYOL, 2006) caracterizou a distinção que existiria entre o lugar e o espaço. De modo bem singelo situou que o primeiro (espaço), vem a ser a “disposição geométrica de objetos” em relação ao segundo, que passa a comportar sentido se houver um “lugar praticado”. Por meio desta linha de raciocínio é possível avançarmos em estratégias que indiquem um marco reivindicatório e um direito a cidade, ou a preservação do seu passado, tal qual sintetizou Lefebvre (1973).

Provocativamente, o que temos em debate é uma corrente de pensamento que entende que toda diferença deve ser percebida pelo bem comum de modo a preservar o bom andamento de uma sociedade que reconhece seus desafios contemporâneos. Para, além disso, e paralelo ao fato de momento, qualquer esforço que venha a ser feito por sobre esse problema se fazem pertinentes porque confirmam uma “fantasia de plenitude em circunstâncias de perda imaginada” (HALL, 2000, p. 83).

E superada uma série de incertezas que ainda se fazem expostas em meio à temática, a ilustração por ora salientada tem um enorme peso para as interpretações que rondam a temática disposta porque situa dentro de um determinado universo social um processo que não deixa de ser constante e de deformação cultural. No entanto, não nos retira da obrigação de rever determinados pontos da sociedade que assistimos, haja vista que parte das ações estão a reafirmar uma zona fronteira que Boaventura Santos (1996, p.135), trata como sintonizador para as “negociações de sentido” e “jogos de polissemia”. E como tais intercalam situações de controle, de disputas e de divisão do espaço público e espaço privado. Não por menos:

No caso *in foco*, seu Patrimônio Histórico apresenta tipologias e recursos culturais diferenciados em relação à parte noroeste da região das Missões. Não só por sua trajetória histórica de reconhecida representatividade no âmbito nacional, mas também pela sua identificação regional tanto com a Campanha Gaúcha, identidade missioneira e identidade fronteira, além da pequena imigração, fatores estes que contribuirão para uma maior diversificação das características tipológicas dos recursos de interesse patrimonial (PINTO; MAURER, 2014, p.154).

Por fim, e contribuindo para que a praça XV de Novembro, se torne uma Ágora (local de decisões do povo grego, mediante discussão pública), faz-se necessário saber o papel do poder público no contexto arrolado, uma vez que, cabe ao mesmo a construção de uma dupla dimensão interpretativa: política e urbana. Frente ao exposto restaria efetivarmos dispositivos discursivos de patrimonialização ou de memorialização sobre situações que perfazem um tempo que não foi, nem sequer, será ofertado outra vez.

A Construção de Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento em Análise na Fronteira Brasil-Argentina

O conceito sobre desenvolvimento vem se reconfigurando através dos tempos e das mudanças socioeconômicas e políticas oriundas das demandas das camadas sociais (BOSIER, 2012). A expansão da economia globalizada, segundo Haesbaert (2010), acentuada durante as duas últimas décadas, através da crescente intensidade e complexidade de seus distintos fluxos, tem forçado alguns atores e estudiosos dos espaços territoriais a propor reestruturações nas dinâmicas que atuam sobre os territórios.

Esta reestruturação deveras adaptativa produz uma série de consequências de variados níveis, dentre elas, a necessidade de planejamento da matriz produtiva local. Para que seja possível o planejamento desta matriz, segundo Baudelle (2011), é necessário que as dinâmicas territoriais entre os agentes permitam um melhor aproveitamento de recursos locais sejam eles tangíveis ou intangíveis.

Assim, atualmente debates e práticas associados a esta reestruturação versam sobre uma amplitude participativa e democrática (tentativa), onde os mais variados agentes do território, sejam protagonistas do planejamento e aplicações dos recursos no território em si, com isso Estado, Mercado e Sociedade Civil (concepção Gramshiana) tem por desafio propor formas de atuação particulares, porém articuladas entre si. Para a sociedade civil torna-se pertinente a discussão sobre cidadania e o papel do cidadão na reestruturação das dinâmicas territoriais.

Além disso, as discussões em torno das temáticas envolvendo o desenvolvimento local/regional perpassam por inúmeros prismas, dentre eles a abordagem do desenvolvimento econômico, social, territorial e etc. Estes prismas estão conectados diretamente a percepção que o território tem sobre si mesmo e sobre seus recursos.

De acordo com Raffestin citado por Rambo e Ruckert (2008), os territórios geograficamente localizados em áreas distintas, possuem peculiaridades e atores distintos, no caso das regiões e fronteira, a ligação com outro país e outra cultura afere ao território características próprias e peculiares.

Coincidência ou não, eventos que produzem retração econômica ligados a monocultura, ou ligados a falta de diversificação na matriz produtiva local e regional, principalmente na produção de alimentos para consumo, não são coisas da modernidade, pois conforme os livros de correspondências de 1889, sobre as colônias agrícolas de São Borja, destaca-se que desde os primórdios, a região de São Borja esteve ligada aos frutos da terra, seja no período pré-colonial, onde os *Guaranis* já dominavam rudimentares técnicas de cultivo; seja com os gados selvagens dispersos e tão apreciados pelos bandeirantes; ou até mesmo hoje em dia, onde determinados modos de produção com características de monocultura, que surgiram como propostas de desenvolvimento e que permanecem até então mesmo não produzindo os resultados esperados.

Assim o desenvolvimento de um território de fronteira, carece de um levantamento de dados específico e de uma análise a luz de categorias específicas, que deem conta de contemplar ao máximo, as complexas relações e a variada gama de atores que atuam sobre um território fronteiriço, pois pensar em fronteira é pensar o espaço, o qual é construído pelas relações que nele se desdobram.

Nesta perspectiva o planejamento territorial desta região fronteiriça, entre as antigas reduções missioneiras, deve estar atento as vivências sociais tradicionais e aos elementos culturais que a mais de 300 anos fazem parte das relações sociais regionais.

Junto com outras questões, têm se notado nos últimos anos, uma influencia internacional nos processos de Governança territorial das Missões Jesuítico-Guarani, onde pode salientar os acordos de Cooperação internacional entre o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Brasil) e IAPH (Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico de Sevilla, Espanha). Em 2006 até 2009 foi executado um projeto piloto vinculado

ao primeiro acordo, denominado “Levantamento de Elementos Turísticos-Patrimoniais das Missões Jesuítico-Guarani”. Outro fato que vem a somar-se a esse dinâmica foi constado no ano de 2015, quando foi apresentado um segundo grande projeto, que faz parte de um acordo de cooperação entre os dois institutos, intitulado “Valorização das Paisagens culturais e Criação do Parque Histórico Nacional das Missões”.

Estas ações de planejamento territorial deixam perceber que os órgãos competentes estão atentos e dispostos a despertar novas ideias e articulações transfronteiriças e de fins internacionais. Dentre as quais destacam-se a criação do Núcleo da Mesopotâmia do Prata, da Comissão de Governança Territorial do Patrimônio Cultural da cidade histórica de São Borja, e a liderança regional na consolidação do decreto 145/2011, que regulamenta e amplia as relações entre cidades fronteiriças, como São Borja e Santo Tomé, possibilitando convênios entre essas localidades na área da saúde, trabalho, educação, também liberdade de comercialização, tributação diferenciada e menos burocracia no deslocamento formal dos habitantes das cidades. Instrumentos e políticas de fórum permanente que em tempos anteriores não continham uma importância a ser zelada, mas que hoje parecem direcionar um caminho a ser tentado pelas gestões futuras que verificam por meio da temática uma possibilidade coerente para ser investida.

Considerações Finais

Procurando refletir sobre um futuro plano de desenvolvimento das identidades culturais missioneiras, o artigo procurou esquadrihar uma interpretação dos espaços sociais, como estratégias para o planejamento territorial regional. E para isso não faltam argumentos, teorias que permitam compreender as realidades vivenciais, identidades socioterritoriais, e desenvolvimento territorial, com vistas a caracterizar o contexto patrimonial regional, a partir da construção das identidades missioneiras e suas relações com os locais públicos de memória.

Um dos principais resultados do estudo foi à identificação, espacialização, e interpretação dos principais espaços sociais e marcadores territoriais fronteiriços. Tal compreensão das realidades vivenciais da região possibilitou a exposição de um panorama sobre a territorialização dos espaços humanizados, suas relações com a cultura, e discursos de pertencimento as Missões, do qual se verifica o cenário regional através da construção das identidades territoriais e outras temáticas que possam compensar as ações abstratas da região.

Sendo assim, pode-se afirmar que a região de fronteira São Borja - Santo Tomé, não possui uma representação homogênea na construção social de seu espaço, uma vez que existe uma hibridização entre espaços-temporais, que expõem as diferenças e semelhanças identitárias (tendo em conta as concretudes que lhes abarcam enquanto municipalidades do período contemporâneo). Portanto, o estudo não instiga apenas um pensar renovado sobre o planejamento territorial missioneiro, mas tende a contemplar uma compreensão mais acurada das comunidades tradicionais, que necessitam de uma valorização dos espaços públicos através de vínculos diretos com as antigas estruturas urbanas reducionais, como as praças e cacimbas das cidades estudadas.

Nesta perspectiva, o Núcleo de planejamento territorial da Mesopotâmia do Prata assume uma importância prevalente em meio a tal contexto porque institucionaliza o conhecimento sobre região fronteiriça ainda carente de explicações empíricas/científicas voltadas para reflexões sobre os processos históricos, sociais e territoriais que ocorreram/e ocorrem na Região das Missões Índio-Jesuíticas, mais especificamente no território fronteiriço entre o Brasil e Argentina.

Salvaguardando as peculiaridades de cada área do conhecimento, este núcleo de pesquisa terá por meta principal preencher num curto espaço de tempo três linhas de entendimento: 1ª) História e historiografia das unidades índio-jesuíticas e minorias étnicas do Rio da Prata (séc. XVII e XVIII); 2ª) Espaços sociais, Patrimônio Cultural e Identidades

Socioterritoriais da fronteira; e 3ª) Desenvolvimento territorial, escalas de poder e relações transfronteiriças nas Missões.

Isto significa dizer que a síntese aqui colocada em primeiro plano preconiza dentre outras possibilidades projetar argumentos que ilustrem a dinâmica e os procedimentos adotados junto daquelas comunidades, quanto ao ato de reconhecer a transformação que competiram a partir das mesmas ou que instintivamente apontam para parâmetros teóricos e normativos ainda não desbravados.

Por fim, esta investigação volta-se ao sentido original da sua criação: prever ações coletivas que permitam entender o processo de proposição e interpretação de políticas públicas, voltando-se especialmente para com a governabilidade, inclusão social, criação de novas alternativas socioeconômicas, na constituição de redes territoriais, articulações e convênios institucionais, e na percepção de novos arranjos produtivos locais/ regionais. Noutras palavras, o que temos em vista é a construção de um organismo suprainstitucional que possa articular, analisar, orientar e executar projetos de diversas áreas, como: turismo, cultura, políticas públicas, assistência social, historiografia, urbanismo, planejamento territorial, patrimônio histórico-cultural, educação, produção cultural, agricultura familiar, movimentos sociais, inovação, ciência, tecnologia, comunicação social, relações internacionais, meio ambiente, entre outras. Ou seja, estamos diante de uma proposta viável e atenta aos eventos e as principais características daquelas situações sem se descuidar dos procedimentos que tiveram de ser aplicados junto às mesmas de maneira gradual e ao longo de vários séculos.

Notas de Referência

1 A construção de obras de infraestrutura nesta região fronteira é um processo contemporâneo, no que toca a transformação dos espaços sociais. Desde a década de 1990, foram construídos na região: cais do porto de São Borja e a Ponte da Integração. Nos últimos anos vem se debatendo o projeto de construção do Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi e recentemente vem se constituindo uma rede acadêmica de universidades que estão nas margens do rio Uruguai, que vem elaborando um estudo técnico sobre a viabilidade da navegabilidade no rio uruguai. Estes projetos vêm influenciando diretamente as comunidades tradicionais que estão nas margens do rio Uruguai, visto que alteraram os modos de vida e suas práticas produtivas, como a pesca, além de praticamente extinguirem o contrabando através do comércio formiga.

2 Este é o caso que acompanha a história de algumas minorias étnicas da região, como a exemplo os índios *Guenoas*, que não conseguiram acompanhar a projeção fundiária desenvolvida pela Companhia de Jesus e que por consequência disto foram simplesmente relegados a um destino ainda pouco comentado entre os investigadores que avaliam a temática de momento. Para saber mais sobre a problemática, ver: PEREIRA, Cesar. “*Y hoy están en paz*”. *Relações sócio-políticas entre os índios ‘infiéis’ da banda oriental e Guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH UFRGS, 2012. DA SILVA, André L.F. Singularizando uma pluralidade étnica: as reduções jesuítico-guarani e a diversidade indígena. In: *XV Jornadas Internacionales – Misiones Jesuíticas*. Santiago del Chile, 2014. MAURER, Rodrigo. Das práticas de antigo regime ao prisma das identidades pueblerinas. O advento das unidades índio-jesuíticas nas terras baixas do Atlântico meridional e seus reflexos para as minorias étnicas e região (séc. XVII e XVIII). Mar del Plata, In: *V Reunión del “Comité Académico Historia, Regiones y fronteras”*, 2014.)

3 Conforme dados do INDEC, Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina, a Província de *Corrientes*, destaca-se como a região mostral que possui o maior contingente de povos guaranis dentro do território argentino.

4 São relações de emotividade perante alguns fatos sociais e lugares culturais.

5 Em São Borja destacam-se atualmente dois locais que preservam tal importância: a fonte de São João Batista (assim popularizada por um procissão secular da mesma alcunha) e a cacimba reducional de São Pedro (vulgarmente reconhecida desde os idos coloniais pela importância hídrica que lhe envolvia). Ao decorrer do século XIX esta mesma fonte chegou a servir de ponto de chegada para uma antiga procissão – a do Santo Expedito.

Referências

- BAUDELLE, Guy et ali. **Le développement territorial en Europe. Concepts, enjeux et débats.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011. Capítulo 1. Le développement territorial: finalités et spécificités. p. 13-27.
- BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projetopolítico. In: **Planejamento e Políticas Públicas** nº 13 - jun de 1996. P. 111-147. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>. Acessado em 18/09/2013.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Eds.). **Geografia Cultural: uma antologia**, vol. 1. Rio de Janeiro: EUerj, 2013.
- CERTEAU, Michel. GIARD, L., MAYOL, P. **La invención de lo cotidiano 2 habitar, cocinar.** Universidad Iberoamericana. México, 2006.
- DA SILVA, André L.F. Singularizando uma pluralidade étnica: as reduções jesuítico-guarani e a diversidade indígena. In: **XV Jornadas Internacionales – Misiones Jesuíticas.** Santiago del Chile, 2014.
- FERNANDES, Antonio Teixeira. Espaço social e suas representações. **Revista da Faculdade de Letras Sociologia.** Porto Universidade do Porto, vol. 2, 1992, pp. 61-99.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido.** Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Ano. 1, No 1, 1999, p. 15-39.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad.** Península, Barcelona, 1973.
- HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). **Textos de história**, vol. 12, nº 1/2, 2004.
- MAURER, Rodrigo. Das práticas de antigo regime ao prisma das identidades pueblerinas. O advento das unidades índio-jesuíticas nas terras baixas do Atlântico meridional e seus reflexos para as minorias étnicas e região (séc. XVII e XVIII). Mar del Plata, In: **V Reunión del “Comité Académico Historia, Regiones y fronteras”**, 2014.).
- MELLO, João Baptista, F. Valores em Geografia e di Dinamismo do Mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Nº. 19-20, 2005.
- MÖRNER, Magnus. **Actividades políticas y económicas de los jesuítas em el rio de La Plata** – Buenos Aires, Hyspamérica, 1985.
- RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão – o caso da Coopercana, Porto Xavier – RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul.\dez. 2008.
- PEREIRA, Cesar. “Y hoy están en paz”. **Relações sócio-políticas entre os índios ‘infiéis’ da banda oriental e Guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801).** Dissertação de Mestrado em História. PPGH UFRGS, 2012.

PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo. Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina. **Eure**, vol. 40, nº 120, Mayo 2014.

PINTO, Muriel. **Análise da construção das identidades territoriais da fronteira missioneira Brasil-Argentina, através das paisagens culturais**, Neer, Cuiabá, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.